

A POLÍTICA ENTRE O HOLISMO E O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO: TENDÊNCIAS PARADIGMÁTICAS NAS ABORDAGENS DOS LIVROS ADOTADOS PELO PNLD

Gustavo Cravo¹

Marcel Albuquerque²

Marcus Vinicius Almeida³

RESUMO: Ainda que a Sociologia possua um espectro de cores amplo no que concerne suas escolas teóricas, variando do Comportamentalismo ao Interacionismo simbólico, da *École des Annales* à Escola de Frankfurt, decorre historicamente, desde seu tempo primevo, uma distinção de maior magnitude, a qual é diluída por todo – ou quase, sejamos devidamente céticos – corpo acadêmico. Tal distinção é fundamentada na observação e análise dos fenômenos sociais a partir de prismas díspares, por que não antagônicos, os quais podem ser divididos como dois paradigmas hegemônicos: o holismo, cujo pilar máximo é o arcabouço constituído por Émile Durkheim; e o individualismo metodológico, creditado devidamente a Max Weber. Os livros adotados pelo último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2012, para a disciplina Sociologia no Ensino Médio, imersos neste contexto, transpõem didaticamente estes paradigmas, por meio de inextrincáveis peculiaridades. Isto, pois, a seleção do conteúdo implica a adoção – em algum nível, arbitrária – de abordagens e recortes que deflagram pré-noções dos responsáveis pelo material didático. Passando ao largo da tentativa de explicar as razões específicas dos autores ou as causas macro-sociais que formaram suas preferências teóricas, pretendemos identificar e comentar a distribuição e ênfase dada aos paradigmas supracitados nas obras “Ensino de Sociologia no Ensino Médio” de Nelson Tomazi e “Tempos Modernos – Tempos de Sociologia” de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, especificamente no que tangem às passagens que trabalham aspectos relacionados à Política e os papéis dos indivíduos e instituições em seu engenho.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigma. Holismo. Individualismo Metodológico. Transposição didática.

1 Introdução

Decerto, existem senão infinitas formas – talvez Lévi-Strauss não fale um absurdo quando faz alusão ao limite de jogadas 'sociais', em um baralho de cartas finitas -, inúmeros modos de estudar algum objeto, montar o que Thomas Kuhn alcunha enquanto puzzles⁴. A finitude dos tais modos, que continua se expandindo no devir do desenvolvimento científico –

¹ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ. Especialista em Ensino de Sociologia pela UFRJ. Professor do magistério público estadual do RJ. Mestrando em Ciência Política UFF.

² Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFF. Professor do ensino médio de Sociologia nas redes pública e particular no RJ. Mestrando em Ciência Política UFF.

³ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFF. Mestrando em Ciência Política UFF.

⁴ KUHN, T. S. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J. D. (Org.). *A crítica da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. p. 53-80.

o infinito é uma categoria absoluta, não cabe no mundo empírico -, não propriamente em teleologias da racionalidade, ainda que não possa ser reduzida, é de algum modo compilada em paradigmas específicos - indubitavelmente contextuais -, teorias hegemônicas que transbordam o conteúdo, pois lhes são silhueta.

Por paradigma, destarte, entende-se mais do que um conteúdo, uma forma – ao menos no que concerne à empreitada científica. Paradigmas distintos presumem não apenas teorias distintas, mas toda uma epistemologia que os fundamente em métodos e axiomas na atividade de olhar os objetos, o que frequentemente também pode circunscrever o conteúdo. Ademais, seu papel e localização no mundo social. Pode-se subsumir, são uma espécie de macro-teorias, das quais teorias outras não necessariamente derivam-se, mas residem. Isto, pois, comungam linguagem, possuem um modo interseccionado de perceber um dado elemento da realidade – o que inclui presumir sua existência e relevância.

Alguém que está imerso na teoria marxista, quer seu estudo trate das relações de produção em um fábrica na Zona Franca de Manaus ou acerca da formação de preferências de vestuário no Norte da Itália, recairá em arcabouços conceituais como luta de classes, ideologia, alienação, forças produtivas, etc. É evidente, porque há axiomas que fundamentam/fomentam suas questões e lhes fornecem parafernália instrumental para montar os supracitados puzzles e constituir uma paisagem.

No presente artigo, apresentaremos a dualidade paradigmática que permeia o fazer sociológico⁵: o Holismo e o Individualismo metodológico; arcabouços elaborados por Émile Durkheim e Max Weber, não à toa alcunhados clássicos da Sociologia. Ainda, trataremos da transposição didática destes paradigmas para o Ensino Médio, através das obras “Ensino de Sociologia no Ensino Médio” de Nelson Tomazi e “Tempos Modernos – Tempos de Sociologia” de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, sob o foco específico da temática da Política, retratando e comentando seus aparecimentos através dos prismas weberiano e durkheimiano.

2 Sociedade: reações

Se um vocabulário denota o momento primevo da Sociologia, ao menos enquanto uma disciplina com teor particular e acadêmica, este deve ser creditado à Bioquímica. Antes de mais nada, mesmo que Auguste Comte tenha desenvolvido seu pensamento sob influência de enunciados da Física, não disparatadamente nomeando a Sociologia de Física Social,

⁵ CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998 .

localizando como nervo central de sua tarefa a procura por leis gerais, quiçá como a Lei da Gravidade, é prudente afirmar que a empreitada de distinguir a Sociologia de outras disciplinas, dar-lhe forma, é um graal que Émile Durkheim foi quem buscou – e podemos dizer que alcançou, à parte valorações algues.

Vale dizer, ainda que Durkheim seja costumeiramente acusado – sim, porque se toda descrição implica alguma forma de prescrição, a deste caso é notadamente usada de forma pejorativa – como positivista, lhe sobravam ressalvas à teoria comteana:

Embora adotasse a perspectiva objetivista da ciência, Durkheim refutou, em suas obras - *Divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico*, *O suicídio*, *As formas da elementares da vida religiosa*, entre outras - , a noção evolucionista que fornecia a *identidade da dinâmica dos processos humanos por toda parte*, postulando que os processos particulares não poderiam ser tomados pelo geral ou universal. Ou seja, o objeto de estudo - a sociedade - havia de ser considerado em suas variações *morfológicas e fisiológicas* constitutivas da institucionalização dos processos sociais e suas respectivas representações coletivas, intrínseca a cada sociedade. (RIBEIRO, 2001).

O que há, então, de próprio na teoria durkheimiana que justifique a atribuição de patrono dada a ele, tradicionalmente? Antes de mais nada, sua oposição à Gabriel Tarde. Segundo Tarde, em *Les Lois de l'Imitation*, cada progresso do saber "tende a nos convencer de que todas as semelhanças são devido a repetições" (:224), o que inclui o mundo social, reduzindo a aquisição das características dos indivíduos e grupos sociais à imitação. Na contramão de Tarde, Durkheim atribui à ação humana, motriz díspar: a coerção.

Uma vez tratando-se do núcleo de sua teoria, pensemos, pois, a origem da noção coercitiva de Durkheim. Sua base encontra-se já na noção de Sociologia. De acordo com ele, a objetividade científica era possível não pela análise da subjetividade e internalização individual, porquanto esta atividade não trataria propriamente do fazer sociológico. Sua proposição detinha um olhar alargado, de cunho holista, haja visto pretender saber o modo como os indivíduos seguem normas e valores comuns, uma consciência coletiva externa ao indivíduo. Ao objeto de estudo da Sociologia, designa o fato social.

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2007, 40)

Um fato social, por ser calcado na coercitividade (não é voluntário), generalidade (não é individual) e exterioridade (não é fator íntimo, autodeterminado), é, em sua óptica, a

essência da Sociologia. Por conseguinte, o paradigma por ele fundado dá primazia à sociedade em contraposição ao indivíduo, subjugando-o à determinação das instituições. A objetividade científica, aqui, residiria no tratamento dos fatos sociais como coisas, distanciadas do cientista, mesmo que ele seja acometido por afetos particulares às suas experiências, pondo ao longe seu conjunto de ideias adquiridas, apenas pensando as propriedades do mundo que lhes são inerentes.

De que modo, então, suas noções gerais decantam no vocabulário bioquímico, de forma que o enunciado primeiro deste capítulo seja reiterado? Para Durkheim, a sociedade não é mera soma dos indivíduos, mas sim unicidade, totalidade, um organismo vivo, uma consciência coletiva pronta para a extirpação de qualquer corpo estranho. Tão por isso: “As propriedades do hidrogênio e do oxigênio, consideradas isoladamente, são muito diferentes das propriedades que surgem quando eles se combinam para formar a água”.⁶

Seu regime discursivo, como percebe-se, reside no delineamento individual de acordo com a sociedade e suas instituições, através da deflagração dos sistemas de obrigações e deveres que constituem uma tal consciência coletiva, demonstrando de que modo ocorre a passagem de uma coerção para um hábito. Nonde o conflito, anômico que é, não tem vez. A coesão é filha das reações, por metáfora, bioquímicas da sociedade.

Tais postulados, senão propriamente no vocabulário, ao menos no âmbito holista, permearam a Sociologia e as Ciências Sociais de modo geral, variando por correntes estruturalistas (afinal, o que interessa a Lévi-Strauss é a forma) até comportamentalistas (vide os experimentos de estímulo-resposta de Skinner).

Entender Durkheim, em termos políticos, é querer entender a coesão como regra, o conflito como patologia, é pretender conhecer quais são as coerções estipuladas pelas instituições para que os indivíduos sejam conformes, transmutando sua obediência em dever.

3 Sociedade: teias

Weber não é um teórico do absoluto. Nem de leis gerais dos processos civilizatórios, nem da harmonia social. Em seu escopo, o abarcamento das diferenças e paradoxos – tão caros para Durkheim – cabe sem grande esforço. Um religioso pode muito bem ser cientista; um governante pode ser legitimado – porque considerado bom - para estamentos antagônicos da sociedade. O mundo, pois, é habitado por teias. Sua pretensão é desvendá-las. Porquanto: “O homem é amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu”.

⁶ DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Tão por isso, funda um eixo teórico – que mais à frente é posto como paradigma – hermenêutico. Nomeia seu método, compreensivo. Seu objetivo, portanto, era conhecer as motivações internas a um grupo e seus membros, as quais fazem sentido interno porque são orientadas pela interação com o Outro. Seu objeto é a ação social. Em suas palavras:

A ação social (incluindo tolerância e omissão) orienta-se pela ação de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras. [...] Os 'outros' podem ser individualizados e conhecidos ou então uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o dinheiro, por exemplo, significa um bem – de troca – que o agente admite no comércio porque sua ação está orientada pela expectativa de que outros muitos, embora indeterminados e desconhecidos, estarão dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura. (WEBER, 1977, p. 139).

Se seria imprudente apregoar que Weber e Durkheim divergem de todo, é factível fundamentarem paradigmas opostos. Max Weber, ao observar ações homogêneas, separa-as das ações sociais, enquanto Durkheim encerra suas reflexões nas primeiras. Isto, pois, para Weber existem três tipos de ação social: a)tradicional; b)afetiva; c)racional – c.a)de valores; c.b)de fins. As supostas mesmas ações podem ter significados de ordens completamente distintas, orientadas por seus grupos.

Vamos considerar, diz Ryle, dois garotos piscando rapidamente o olho direito. Num deles, isso é um tique involuntário; no outro, é uma piscadela conspiratória a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos; observando os dois sozinhos, como se fosse uma câmera (...), ninguém poderia dizer qual delas seria um tique nervoso ou uma piscadela ou, na verdade, se ambas eram piscadelas ou tiques nervosos. No entanto, embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande, como bem sabe aquele que teve a infelicidade de ver o primeiro como se fosse o segundo. (GEERTZ, 2008, p. 05).

A ação social tradicional coaduna minimamente com a concepção durkheimiana. É a repetição de algo por hábito, muito das vezes irrefletido. Todavia, Weber ressalta que ela não dá conta da totalidade dos fenômenos sociais, abordam apenas os fenômenos de massa.

Sob outras motivações, existem as ações afetivas e racionais, se eventualmente motivadas por fatores externos, decerto não determinadas por eles, pois são refletidas. Os atos não são disparatados, têm sentidos variados e voluntários de acordo com propriedades intelectivas e simbólicas dos indivíduos. É propriamente por isso que, quando um índio avisto pela primeira vez português algures, frente a um homem notadamente distinto – porque assim reconhecido pelos seus iguais -, engolindo um pequeno disco branco, junto a um diminuto gole em um cálice de vinho, a cena não provinha de sentido. Tal ação, como toda ação social,

é oriunda da constituição de valores que não são dados aprioristicamente. A hóstia é tomada por um católico porque ela simboliza o corpo de Cristo, o que implica acredita em sua existência, divindade e na comunhão presente no respectivo rito.

Imerso em seu momento histórico – como ele mesmo apregoaria -, Weber interessa-se pela racionalidade do mundo moderno que acomete a Alemanha por um tecnicismo que opera a sociedade, alocando-se inclusive na Política, tornando-a díspar do cotidiano das demandas de movimentos sociais, vide República de Bismarck e seu Parlamento. Para ele, o Estado moderno, fragmentado, torna-se um corpus burocrático-administrativo, cuja matéria-prima é alienada dos indivíduos, por meio da centralidade de sub-elites intrapartidárias – estanques do espaço comum -, as quais tomam decisões e atrelam-se a financiamentos isoladamente. O espírito deste *modus operandi* – não usa o termo, mas compreende – é o Protestantismo, tão por isso sua obra.

A Sociologia pode apenas tentar prever, através da probabilidade, a ação dentro de seu sentido e orientação pelo Outro, a partir das escolhas racionais e afetivas. Desta maneira, o cerne do paradigma weberiano não mora nas obrigações, mas na voluntariedade. Logo, seu amparo na Política é observar a ação social que motiva movimentos sociais, favores e formas de dominação, dando vazão ao plano simbólico – herdado por parcela imensa da Antropologia e Sociologia contemporânea – e às escolhas racionais, que acabaram por sofrer uma releitura após a Teoria dos Jogos, a Rational Choice.

4 A problemática da transposição didática

A discussão sobre a constituição dos saberes escolares é antiga e, ao mesmo tempo, é atual.

Nesse campo, usamos a teoria da transposição didática de Yves Chevallard, matemático francês e suas contribuições nesse campo.

A teoria afirma que existe uma distância entre o saber a ser ensinado e o saber de referência, o “saber sábio” segundo o autor. Uma das matrizes da discussão que guia Chevallard nessa busca é saber por onde, por quem, quais processos e quais mudanças passam os saberes até se tornarem saberes escolarizáveis.

Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O “trabalho” que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática. (CHEVALLARD,1991,p.39).

Nesse esforço, ele constrói uma teoria ousada a partir de um modelo teórico que pretende pensar todo o sistema didático através da relação entre o saber, o professor, e o aluno. O saber, nesse tripé existente dentro da sala de aula, sempre foi a parte do tripé mais desconsiderada, para não falar ignorada, ao analisarmos a relação didática ou, dito de outra maneira, ao observarmos o conhecimento escolar através da grande maioria dos sistemas pedagógicos. A grande influência do enfoque psicológico nos sistemas pedagógicos propiciou esse isolamento do saber escolar do centro, ou, pelo menos, de um mínimo tripé, ou triângulo – como imagina ele, necessário para se observar a questão.

A discussão do saber escolar está centrada no olhar sobre o professor, sobre o aluno ou, ainda, na relação entre professor-aluno, mas nunca sobre o saber. Sua teoria vem denunciar a secundarização da discussão dos saberes escolares. Saberes esses que não são suficientemente problematizados graças à convivência desequilibrada entre o tripé do saber.

A discussão é ampliada quando começa a constituição do pensamento escolar passa a ser pensada à luz da epistemologia. Em uma crítica à epistemologia, o autor cita que esta deve se ocupar não somente da produção de saberes, mas, também, da utilização e do ensino deste. Ele considera essas três tarefas igualmente importante no trato com os saberes e vai além ao propor uma quarta tarefa, a transposição didática.

A discussão proposta é ampla, complexa e possui ramificações para o sistema pedagógico, para a didática e também para a discussão proposta nesse artigo, que pensa o livro didático e, também, o “tempo de ensino”:

Esse tempo de ensino, também referido por Chevallard como “tempo legal”, seria estruturado pelo ritmo didático acima descrito – saber antigo, saber novo, contradição, superação/aprendizagem, nova contradição, nova superação – e se impõe institucionalmente ao aluno. (LEITE, p. 14).

Falar de livro didático é falar de construção do conhecimento e, mais propriamente, construção do conhecimento escolar, conhecimento que é criado dentro da escola, dentro da sala de aula, como afirma Chevallard. Os professores, observando desafios como o *estranhamento*, a *desnaturalização*, a realidade do aluno, o ritmo de aprendizado dos alunos, as possibilidades da escola, criam conhecimento a partir de fontes de pesquisa e seu uso em sala de aula fazendo com que o conteúdo lecionado por ele seja muito mais que uma mera e simples adaptação. È, na verdade, construção de conhecimento e de saber, diferente do saber inicialmente tratado.

5 A dualidade paradigmática vai à aula

Em um momento primevo, antes de quaisquer destaques laboriosos ou balbucios analíticos que porventura possam soar deselegantes e/ou infundados sobre as obras dos autores escolhidos, ou mesmo sobre ideologias encrostadas nelas, destacamos não ser essa a intenção deste artigo, mas sim apontar a recorrência de temáticas sob os paradigmas metodológicos Holista e Individualista, salvo raras passagens em que o autor posiciona-se explicitamente.

Na obra “Ensino de Sociologia no Ensino Médio”, de Nelson Tomazi, optamos por trabalhar a Unidade 4 – Poder, Política e Estado, uma vez que trata diretamente de temas gerais e concernentes ao Brasil. Não abordaremos outras unidades que também tratam de temáticas políticas, sinteticamente, pelos limites de extensão do presente trabalho.

Sob diversos aspectos e em diversos momentos, este livro emprega ares de maior relevância ao Holismo – o que não implica fazer o mesmo com Durkheim, pois nem sempre sua teoria que é comprada, mas sim sua forma, o paradigma -, definindo os eventos de maneira mais coercitiva, pois frutos de uma interação social coesa, ou seja, quase orquestrada por uma sociabilidade maior do que a simples soma dos indivíduos, sem destacar os sentidos específicos aos contextos que legitimam os percursos decorrentes. Ao passo que, em outros momentos, a obra dá muito mais importância às descrições, aos aspectos pessoais e de vontade dos indivíduos, demonstrando que essas ações sociais individuais também produzem uma resultante prática capaz de alterar a realidade.

Podemos perceber a dinâmica que o livro propõe entre essas duas formas de ver a sociabilidade envolvida nos eventos históricos. Na parte que cabe à explicação sobre a formação e os tipos de Estados que surgiram após a Modernidade, a lógica empregada para a sua explanação é muito ligada à noção durkheimiana de coletividade. Poucos agentes individuais são citados e a ideia que se passa é a de que os grupos foram unívocos atores relevantes. Ou, então, que os movimentos se deram através de lutas sim, porém sem muita voluntariedade, mais como um motor da História. O que, a bem da verdade, deriva de uma Filosofia da História, ora kantiana, ora marxista, de todo modo interpretando as mudanças através de blocos coesos.

Quando a obra expõe, no capítulo 11, as ideias principais de democracia e representação, o faz sob um prisma weberiano, abrigando os paradoxos e conflitos sociais, curiosamente se aproximando ao marxismo neste aspecto – ainda que Marx afirme a impossibilidade de perpetuação de classes antagônicas num mesmo espaço, desejando

suplantar a dominante -, sob a afirmação de que o ideal liberal não abraçou a pluralidade democrática de forma contínua e simples. Este processo se deu através de lutas sociais e pressões políticas de classes mais pobres e mais numerosas por uma inclusão de si nas tomadas de decisões sobre os desdobramentos que viriam a recair sobre todos. Ou seja, a ideia de conflito acabou por ser um motor fundamental nesta passagem.

Por outro lado, na análise sobre a obra de Foucault e Deleuze, o livro transborda a noção do controle, notoriamente de forma crítica, ao abordar conselhos gestores, decisões estanques das demandas sociais e a coerção persuasiva, textualmente denominada imperativa, própria ao *marketing*. Seu cunho, deflagremos, é disciplinador. Aspecto este que pode ser visto como um desdobramento do pensamento durkheimiano da busca por uma manutenção da coesão social, onde o conflito é uma anomia, um desajuste neste organismo social.

No capítulo 12, o livro aborda a evolução do Estado Brasileiro e as transições a que foi submetido ao longo de sua história até a sua chegada ao século XXI. É retratado o processo político sempre longe do alcance da vontade das massas, sobretudo até a consolidação da democracia brasileira com o “Estado Liberal” que durou de 1945 até 1964, e no período da Ditadura Militar, de 1964 até 1985. Nesses períodos, poucos momentos podem ser retratados como seguindo uma lógica de voluntariedade, somente podendo ser analisados segundo a lógica weberiana pelo aumento da burocratização do Estado – a menos que fosse discutida a famigerada servidão voluntária, de La Boessi. Por outro lado, nesses períodos, conforme pode ser percebida na obra, a ideia de maior controle estatal para garantia da coesão social pode ser encontrada, uma vez que permeia a todo momento os escritos sobre estes eventos históricos.

O capítulo 13, pelo contrário, apresenta uma abordagem mais próxima da personalidade que aparece na teoria weberiana. O livro acentua que no Brasil pós-Ditadura o Parlamento pouco acrescenta ao governar do Poder Executivo, debatendo quase exclusivamente o que este lhe propõe. Ou seja, “A pauta de discussões fica na dependência da maior ou menor sensibilidade do governante em relação às questões que afetam a maioria da população brasileira.” (:126). De maneira geral, o capítulo se desdobra com algumas noções weberianas mais ligadas à ação social, principalmente no que tange à possibilidade de participação da política, ainda que por meio da democracia representativa. Porém, outro ponto também a se ressaltar é o uso do conceito de dominação de Weber e as relações neste sentido que vão surgindo conforme avança o processo de burocratização do Estado Brasileiro. Clientelismo, nepotismo e corrupção são citados como decantamentos.

De maneira geral, a unidade é basicamente trabalhada imersa ao Holismo,

principalmente no que se refere ao império da coletividade sobre a individualidade; à ideia de conflito como algo anômico e dificultador da boa dinâmica social. A vontade individual, a voluntariedade e a ação social pouco aparecem no retrato proposto pelo material, salvo no último capítulo, em que aparecem também outras noções do Individualismo metodológico.

No que concerne à obra “Tempos Modernos – Tempos de Sociologia”, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, o capítulo escolhido fora o 17, cujo título é Participação política, direitos e democracia. Este capítulo tem como fio condutor um ensejo ocorrido no ano de sua publicação, 2008: a celebração dos 30 anos da Constituição.

A Constituição, enquanto carta magna das normais nacionais, é o elemento maior da coesão organizada pelo Estado. Todavia, as autoras não atribuem à instituição macro-política o papel natural de regente dos interesses coletivos – como suporia Durkheim – ou mesmo, ainda numa lógica holista, engendradora dos interesses coletivos de apenas uma classe – como apregoa Marx. O entendimento exposto na obra, sobretudo por tratar de um renascimento de uma república democrática, aborda os conflitos paradoxais comuns a este regime e suas respectivas deliberações provenientes de voluntariedade. Interessa-se por saber “de que maneira os grupos e associações podem expressar coletivamente direitos e deveres”. E a resposta denota, a saber, uma tendência paradigmática mais acentuada.

O capítulo é explícito e enfático no tratamento da formulação de constituições, sob afirmação de que refletem diferentes países e diferentes momentos de suas vidas – ainda que o termo temporal possa se referir tanto ao contexto hermenêutico quanto a um progressivismo da Filosofia da História. De todo modo, apregoa que elas são fruto de negociação e disputas. Por conseguinte, o conflito, caráter intrínseco à Democracia – ao menos em uma sociedade heteronômica... se é que possível não sê-la – mais do que não ser patologia, é bem-vindo; frente à Ditadura, sobretudo, é uma conquista.

É necessário dizer, nos trechos em que trata de constituições passadas, não traz propriamente o caráter da ação social que as legitima, deste modo fugindo ao individualismo metodológico tão presente até aqui, por optar por uma descrição mais factual. Ainda assim, aborda a mobilização social, de modo que os indivíduos são sujeitos históricos. Observemos, não no sentido marxista, já que não há subordinação do ser social às condições produtivas, sim pela reflexividade e sentidos grupais que os indivíduos tecem. A Constituição, aqui, é tingida como símbolo das regras do jogo social, tal qual Bourdieu habitual e memoravelmente remonta.

Por fim, Bomeny e Freire-Medeiros indagam, de modo a instigar o aluno para uma

reflexão junto à obra, como se aprende a democracia e a cidadania. Expõe que não são elementos naturais à sociabilidade, mas constituídos – e não por pouco labor. Como, então, ocorreria este processo de aprendizagem? Pode-se dizer, esta passagem é conclusiva no que tange aos paradigmas: o Holismo se sustenta na exterioridade da consciência; o Individualismo, na interioridade dos interesses e sentidos. É, pois, calcando a aquisição destes elementos da Política no contexto e nos interesses, que dependem de interesses e grupos – salientam o deslumbramento de Tocqueville, à América, diante da associação entre homens e mulheres pela defesa do que lhes aprovava -, que uma posição se firma. Cidadania, nos termos da obra, é participar de processos de decisão, ser incluso, não mera exterioridade.

6 Conclusão

A bem da verdade, seria irascível afirmar que Durkheim tem uma filiação ideológica explicitamente atrelada às autocracias, como pode-se supor ser nossa afirmação sub-réptica, por se tratar de um artigo de vulnerabilidade tal, uma vez fruto de acadêmicos ainda embrionários. De fato, se há Sociologia Política em sua obra, ela pertence mais aos olhares – imaginativos ou mui atentos, o tempo nos dirá – do que aos registros, dado que ele próprio não elencou a Sociologia Política como uma das subáreas da Sociologia. O que é passível de ser subsumido de sua teoria, outrossim, é que os elementos constitutivos da Política, como direito e cidadania, são ou devem ser subservientes à consciência coletiva; as aquisições aos papéis sociais decorrem de coerção e exterioridade, portanto são nada embebidas por valores individualizados e subjetivos. Ou seja, na teoria durkheimiana, não existem sujeitos históricos que fazem escolhas de acordo com sentidos hermenêuticos, apenas autômatos, pedaços de um todo coeso ou fragmentos – se conflituosos – anômicos. Sendo assim, ainda que Durkheim pudesse defender aspectos democráticos, decerto a coerência teórica lhe demandaria uma postura conservadora. A mudança simplesmente não está em sua agenda. Podemos especular, a influência de Comte (neste caso) não se encontra alhures.

Sob um mote díspar, observamos Weber, quem dedicou boa parte de seus estudos diretamente à Ciência Política, a qual está integrada ao conteúdo programático do Ensino Médio sem explicitação. Pensou as formas de dominação, a burocratização do Estado, etc., mas não sem pensar sua origem nos indivíduos que constroem a coletividade. Sua perspectiva teórica, embebida de pré-noções – como não queria Durkheim -, decerto deflagradoras de suas experiências, indaga como é construído um mapa de orientações sociais. A racionalidade, mesmo que não rejeitada pelo alemão, pode nos aprisionar em uma jaula de ferro;

diametralmente oposto, Durkheim sentencia sua primazia.

Ambas as obras escolhidas para serem tratadas neste artigo, imersas no contexto da Sociologia, estão inseridas nos paradigmas Holista e Individualista. Enquanto “Ensino de Sociologia no Ensino Médio”, de Nelson Tomazi, tem uma abordagem de cunho mais dividido; “Tempos Modernos – Tempos de Sociologia”, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, deflagra-se mais solícita ao prisma weberiano.

Se há plausibilidade no princípio de que os indivíduos são capazes de refletir sobre suas próprias condições, a obrigatoriedade da disciplina Sociologia cumpre um papel fundamental: descaracterizar a escola enquanto mera etapa embrionária da inserção dos alunos no mercado de trabalho. Todavia, seu papel vivo, não fechado às normas políticas e estatais, ainda está em disputa. O espaço da educação básica, antes de objetivar um desenvolvimento técnico ou a construção de um cidadão conforme, dócil e disciplinado, pode vislumbrar vínculos sociais que preparem para experiências futuras, onde a profissão é, ainda que notoriamente destacada, apenas uma delas.

Sob este viés, a Sociologia tem o potencial de alargar as respectivas visões de mundo dos alunos, dando luz a questões presentes em seus cotidianos – ainda que impercebidas; no que tange a este trabalho, às instituições de poder e às legitimações sociais, o modo como os indivíduos colaboram para a vida política. Isto porque, apenas através de tais problematizações, os alunos podem solidificar perspectivas emancipatórias e não apenas reprodutoras de concepções alheias.

Tal procedimento só é viável se a abordagem for apropriada para o espaço em questão: afinal, trata-se de adolescentes, habitualmente tão eufóricos e questionadores quanto dispersos. Sendo assim, é necessário mais do que traduzir – certamente, não reduzir, fazer uma versão da linguagem acadêmica em modos palatáveis, explorando exatamente as características joviais supracitadas, por que não em diálogo com suas realidades através da discussão de temas recorrentes na mídia e vestibulares.

O horizonte maior de lecionar um campo que até outrora era renegado na escola reside na crença de que os indivíduos são sempre intelectuais em potencial e, portanto, parafraseando o pensador Edward Said, devem não caber em si mesmos. Munidos de conhecimento e reflexão, são capazes de, sem perder de vista seus respectivos deveres e o sentido social que lhes cerca, escrever suas próprias histórias.

7 Referências

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROIS, Bianca. **Tempos modernos, tempos de sociologia.** – São Paulo : Editora Brasil, 2010.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998 .

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro : LTC, 2008.

KUHN, T. S. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J. D. (Org.). **A crítica da ciência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. p. 53-80

LEITE, Miriam Soares. **Recontextualização e transposição didática - introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard.** Junqueira&Marin. Editores, 2007.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Antes Tarde do que nunca. Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. **Rev. Antropol.** [online]. vol.44, n.1 [cited 2013-04-30], pp. 325-330, 2001

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** São Paulo : Saraiva, 2010.

WEBER, Max, Ação social e relação social. In: FORACCHI, Marialice Mencarine. J. De Souza. **Sociologia e sociedade.** São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: UnB, 1994.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída.** São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores), 1974.